



#### ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE CATAGUASES – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: LUIZ OLYMPIO BRANDÃO VIDAL



Lei de Criação nº 3.492, de 18-12-1958 Data da instalação: 7-1-1960 Data de implantação do PJe: 22-10-2015

Jurisdição: Cataguases, Além Paraíba, Argirita, Astolfo Dutra, Dona Eusébia, Estrela Dalva, Itamarati de Minas, Leopoldina, Miraí, Pirapetinga, Recreio, Santana de Cataguases, Santo Antônio do Aventureiro, São Sebastião da Vargem Alegre e Volta Grande.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 29-10-2020, p. 2.





#### ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 22-7-2019

As 8 horas do dia nove de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. Ana Maria Amorim Rebouças, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justica na Vara do Trabalho de Cataguases, situada na Alameda Francisco Peixoto Filho, nº 105, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. Luiz Olympio Brandão Vidal; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Sandra Rodrigues Lima Spíndola; os servidores Antônio Carlos de Sousa Lessa, Bruno da Rocha Hisse Marques, Cássio Pereira Furtado, Cláudia Farage da Costa, Cláudio Antunes Machado, Cláudio de Castro Oliveira, José Gabriel Couto de Viveiros Barbosa, Juliana Barbosa Machado, Luís Romero do Vale Pimentel, Maria da Conceição Ribeiro Machado, Patrícia de Souza Campos e Thiago Augusto Carvalhaes Fonseca e a estagiária Camila Luzia Donato Cavalari. Ausente a MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. Marisa Felisberto Pereira, em razão de férias regulamentares. Ausentes os servidores Beatriz Sousa de Jesus Ventura e Cláudio Fernandes Macedo, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 819 processos, distribuídos neste ano até o dia 29-10-2020, apurando-se a média de 4,3 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 94 cartas precatórias, dentre elas 26 executórias, até o dia 29-10-2020, das quais 67 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.





- 1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 438 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 161 processos foram remetidos neste ano até o dia 29-10-2020.
- 1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 2 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.
- 1.5. CARGA PARA PERITOS Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 53 processos com perícia designada, aguardando laudo.
- 1.6. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 1.369 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 113 pendentes de cumprimento, no prazo.
- 1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 3 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado com incidentes de Repercussão Geral já julgados pelo STF.

Processos examinados na correição:

0010305-20, 0010173/20 e 0010201/20: Tema nº 1046 - Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\_1%C2%BA\_Grau).

Também deve ser consultada da cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\_NUGEP.pdf">https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\_NUGEP.pdf</a>

Está disponível no link <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg">https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg</a>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A





Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho		Catag	juases - 01	a Vara	
Industries Ages		2007	MUK		
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	30,43	31,59	18,10	18,11	29,05

#### 1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

### FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 29-10-2020) (fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	227
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	98
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	20

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de	187	
instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-		





Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

 Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	1	4
2017	2	3
2018	1	2
2019	32	1
2020 – ano de referência	309	
TOTAL	345	0,13
	-	

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 29-10):

Processo	Classe	Tarefa
0011670-11.2016.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010191-46.2017.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0012119-32.2017.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010634-60.2018.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010448-03.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010597-96.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010680-15.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando prazo





	Ordinário	
0010778-97.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0010795-36.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010849-02.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010879-37.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011062-08.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011077-74.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011176-44.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011379-06.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011412-93.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011457-97.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011471-81.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011479-58.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011480-43.2019.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo

 Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	412





FASE	Situação	Quantidade de processo
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	341

FASE	Situação	Quantidade de processo
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	13
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	2.083

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	11000 545	Saldo de processos di item 393 no final di período de referência	
c		Saldo de processos di item 90393 no final di período de referência	
		Saldo de processos di item 62 no final di período de referência	
		Saldo de processos di item 90062 no final di período de referência	

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta





estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho		Cataguases - 01a Vara			
Internation Physics					FIN. EALA LINIVER LINVERU
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	86,09	81,92	80,10	50,67	65,68

Existem 2.194 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 2.187 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 7 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 29-10-2020.

No ano 2019, até o dia 29-10 havia 1.996 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.650 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 344 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 29-10):

Processo	Classe	Tarefa
0067500-02.1992.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Carta Precatória Expedida - Devolução Pelo Juízo Deprecado
0067800-22.1996.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Arquivo Provisório
0082800-13.2006.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Processo Com Certidão De Crédito Trabalhista Retornou Do Arquivo Provisório
0086400-08.2007.5.03.0052	Execução Fiscal	Conclusos Para Despacho
0070700-21.2009.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada





0000200-95.2007.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Devolução De Carga Para A Procuradoria Federal Em Mg
0110100-42.2009.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusos Para Despacho
0112800-88.2009.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0000648-29.2011.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Devolução De Carga Para A Procuradoria Federal Em Mg
0000272-09.2012.5.03.0052	Execução Fiscal	Intimação Publicada
0000870-31.2010.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0001700-60.2011.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação / Notificação Texto Livre
0092300-98.2009.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Selo Tema Relevante - Centro De Memória
0000457-18.2010.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0000737-18.2012.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Ao Órgao De Arrecadação Da Pgf
0000108-44.2012.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Enviado À Secretaria De Execuções
0000054-15.2011.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Enviado Ao Trt - Recursos
0000013-77.2013.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Devolução De Carga De Advogado
0000110-14.2012.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Requisição De Pequeno Valor - Rpv Quitada
0010900-62.2009.5.03.0052	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusos Para Despacho

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	70	70
02-FEVEREIRO	91	63
03-MARÇO	42	56
04-ABRIL	73	17
05-MAIO	273	24





06-JUNHO	113	32
07-JULHO	254	49
08-AGOSTO	156	27
09-SETEMBRO	337	20
10-OUTUBRO	126	54
Totais	1535	412

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
		4			1	2				
LUIZ OLYMPIO BRANDAO VIDAL	66	53	48		20	26	49	23	19	52
MARISA FELISBERTO PEREIRA	4	6	8	17	3	4		4	1	2
Totais	70	63	56	17	24	32	49	27	20	54

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	21	3
02-FEVEREIRO	26	14
03-MARÇO	18	8
04-ABRIL	20	24
05-MAIO	19	19
06-JUNHO	30	34
07-JULHO	41	21
08-AGOSTO	31	31
09-SETEMBRO	35	17
10-OUTUBRO	13	25
Totais	254	196

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 29-10-2020, existem 71 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	9





Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	31
Tutelas Provisórias Pendentes	31
Total	71

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 9-11-2020 havia 10 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 5 processos;
- b) instrução: 4 processos;
- c) conciliação em execução: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 010580/20, 0010164/20, 0011671/19, 0010161/20, 0010788/20, 0010802/20, 0010890/20, 0010732/20 e 0010897/20.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 4-11-2020, 83 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 31 processos.

Exame dos autos dos processos 0010654/20, 0010566/20, 0010790/20, 0010850/20, 0010857/20, 0010797/20, 0010824/20, 0010746/20, 0010751/20, 0010790/20, 0010246/20, 0010709/20, 0010721/20, 0010776/20, 0010766/20, 0010804/20, 0010502/20, 0010738/20, 0010418/20, 0010579/20, 0010725/20, 0010451/20, 0010608/20, 0010397/20, 0010526/20, 0010402/20, 0010485/20, 0011324/19, 0010120/20, 0011547/19, 0011102/19, 0010508/20, 0010833/20, 0010676/20, 0011569/19, 0010884/19, 0011168/19, 0010446/19, 0010576/19, 0010693/19, 0011242/19, 0011450/19, 0011040/19, 0010113/20, 0010840/20, 0010131/18, 0011343/18, 0010304/16, 0011422/16, 0012033/16, 0010841/20, 0010633/20, 0010756/20, 0010623/20, 0010641/20, 0010512/20, 0010783/20, 0010713/20, 0010633/20, 0010756/20,





0010691/20, 0011017/19, 0010412/18, 0010577/18, 0011797/18, 0011826/18, 0010369/19, e 0011642/19.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

- 0011242/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
   Id 5e1406c (mais de 10 dias);
- 0011450/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 27c89f2 (mais de 20 dias);
- 0010113/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id e8815d4 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

- 2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.
- 2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 acões civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000179-41.2015.5.03.0052	Preparar expedientes e comunicações
0010335-83.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0010433-34.2019.5.03.0052	Análise
0010812-43.2017.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011354-90.2019.5.03.0052	Aguardando prazo
0011535-96.2016.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0023700-30.2006.5.03.0052	Aguardando prazo

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 24 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010343-89.2020.5.03.0052	Aguardando prazo





0010347-29.2020.5.03.0052	Aguardando prazo
0010348-14.2020.5.03.0052	Aguardando prazo
0011509-93.2019.5.03.0052	Cumprimento de Providências
0011732-80.2018.5.03.0052	Prazos Vencidos
0011734-50.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011735-35.2018.5.03.0052	Cumprimento de Providências
0011736-20.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011739-72.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011740-57.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011742-27.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011743-12.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011744-94.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011747-49.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011754-41.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011756-11.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011762-18.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011763-03.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011764-85.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011767-40.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011768-25.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011770-92.2018.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0011920-10.2017.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior
0012011-37.2016.5.03.0052	Aguardando apreciação pela instância superior

#### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA -





Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	42	26	38
Instrução processo eletrônico	89	66	100

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	9	12	24-11-20 - 15 dias
Procedimento Ordinário	9	13	24-11-20 - 15 dias
Instrução	37	33	12-4-21 - 82 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 29-10-2020).

 Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	696	97

 2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	530	139





 Indicador Prazo Médio Fase de Execução (106): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
 (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	11	2.963
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	263	1.098
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	2	3.168
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	67	520

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	108	0,48
Julgados procedentes em parte	700	3,08
Julgados improcedentes	134	0,59
Extintos com resolução de mérito	4	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	1	0,004
Total com exame de mérito	947	4,17
Extintos sem resolução de mérito	88	0,39
Arquivamento	97	0,43





Desistência	56	0,25
Outras decisões sem exame de mérito	19	80,00
Total sem exame de mérito	260	1,14
Decisões de conhecimento	1.207	5,32
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	240	1,06
Decisões na fase de execução	59	0,26
Total	1.506	6,6

No ano atual, apurou-se que, até o dia 29/10/2020, com 192 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	34	0,177
Julgados procedentes em parte	304	1,583
Julgados improcedentes	55	0,286
Extintos com resolução de mérito	6	0,031
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	399	2,078
Extintos sem resolução de mérito	54	0,281
Arquivamento	32	0,167
Desistência	23	0,12
Outras decisões sem resolução de mérito	12	0,062
Total sem resolução de mérito	121	0,63
Decisões de conhecimento	520	2,708
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	169	0,88





Decisões na fase de execução	42	0,219
Total	731	3,8

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	5	0,25
Conciliação em execução	10	0,5
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	2	0,1
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1	0,05
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	45	2,25
Una/Una (rito sumaríssimo)	36	1,8
Total	97	4,8

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 32 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10:

	Conhecimento		Exec	ução	Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	31	15	6			
02-FEVEREIRO	57	36	7	2		2
03-MARÇO	36	25	6	6	1	
04-ABRIL	26	6	11	1	1	1
05-MAIO	55	3	4		2	1
06-JUNHO	42	21	6	1		1





1
- 1
3
3
5
17

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
LUIZ OLYMPIO BRANDAO VIDAL	9	13	27		3	22	26	15	22	4
MARISA FELISBERTO PEREIRA	6	27	4	8	- 1	1	5	6	4	
Totais	15	40	31	8	4	23	31	21	26	4

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	95	80
02-FEVEREIRO	215	118
03-MARÇO	145	107
04-ABRIL	165	
05-MAIO	219	33
06-JUNHO	168	52
07-JULHO	175	43
08-AGOSTO	191	45
09-SETEMBRO	222	112
10-OUTUBRO	163	97
Totais	1758	687

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
LUIZ OLYMPIO BRANDAO VIDAL	48	32	93	20	41	32	23	68	97
MARISA FELISBERTO PEREIRA	32	86	14	13	11	n	22	44	
Totais	80	118	107	33	52	43	45	112	9

Foram realizadas 22 audiências de 2-11-20 até 6-11-20. Designadas 92 audiências de 9-11 até 30-11-2020. Em dezembro estão designadas 27 audiências.





Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	85	58
02-FEVEREIRO	167	93
03-MARÇO	120	126
04-ABRIL	121	22
05-MAIO	219	42
06-JUNHO	156	57
07-JULHO	150	82
08-AGOSTO	151	71
09-SETEMBRO	152	72
10-OUTUBRO	161	92
Totais	1482	715

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
LUIZ OLYMPIO BRANDAO VIDAL	34	31	79		25	53	77	49	41	92
MARISA FELISBERTO PEREIRA	24	62	47	22	17	4	5	22	31	
Totais	58	93	126	22	42	57	82	71	72	92

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	2636	2854
02-FEVEREIRO	3167	2952
03-MARÇO	2821	2007
04-ABRIL	3559	812
05-MAIO	3737	1662
06-JUNHO	3020	2279
07-JULHO	2921	2219
08-AGOSTO	3321	2145
09-SETEMBRO	3703	2131
10-OUTUBRO	3471	2742
Totais	32356	21803





Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 40 minutos ou, uma hora para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

#### 5. Produtividade -

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos						
	2018	2019	2020 até 29-10			
Processos recebidos	1.765	1.518	819			
Média por dia útil	7,9	6,7	4,3			
Processos remanescentes do ano anterior	631	319	379			
Sentenças anuladas	25	12	5			
Total de processos para solução	2.421	1.849	1.203			
Processos solucionados	2.100	1.668	715			
Processos conciliados	654	461	195			





Produção	86,74%	90,21%	59,43%
----------	--------	--------	--------

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 13,99% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 3,47%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

#### MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

 Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (107): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	195
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	715

 Indicador Taxa de Solução (108): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	715
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	826

 Indicador Taxa de Execução (113): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.





Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	558
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	370

#### MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de la de Conhecimen			Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	413
Baixados na Conhecimento	Fase	de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	778

 Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	2.096
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	348

#### MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

 Indicador Produtividade por Servidor (III): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	778
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	348
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	14





 Indicador Pendentes por Servidor (112): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	413	
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	2.096	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	14	

Indicadores /	Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1° trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2° trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	
Indicadores	101 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,08	0,39	0,21	0,17
	I02 - Pendentes	2.785	2.837	2.816	2.848
	103 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00





	<ul><li>104 - Prazo médio no conhecimento (em dias)</li></ul>	70,14	67,39	67,21	79,08
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	110,18	115,97	122,06	127,26
	106 - Prazo médio na execução (em dias)	1.823,19	1.865,91	1.985,60	1.968,96
	107 - Taxa de conciliação (%)	27,62	26,11	26,62	25,67
	108 - Taxa de solução (%)	109,06	107,39	92,54	91,77
	113 - Taxa de execução (%)	387,88	366,78	310,94	186,30
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	17,49	21,38	23,08	29,05
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	50,67	51,69	59,16	65,68
	III - Produtividade por servidor	230,87	222,20	178,00	150,29
	112 - Pendentes por servidor	147,13	154,80	159,07	177,36
	Acervo	0,35	0,40	0,38	0,38
	Celeridade	0,25	0,26	0,27	0,31
Meso	Produtividade	0,51	0,56	0,62	0,64
Meso	Congestionamento processual	0,36	0,39	0,42	0,49
	Força de trabalho	0,37	0,41	0,49	0,53
Macro	IGEST	0,3677	0,4026	0,4358	0,4710
1	Posição IGEST	38	56	80	108
Movin	mentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

#### 6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Imposto de Renda





Previdenciária	
R\$4.652.333,62	R\$906.827,30

- 7. PORTARIAS De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor, na Vara do Trabalho, as Portarias 03/2011, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 01/2016, que proíbe prestar informação processual por telefone às partes assistidas por advogado, a advogados e a terceiros e a 1/2017, que dispõe sobre a reunião de processos de execução contra o mesmo devedor.
- SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 3 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

#### 10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,70% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 82,78%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,82%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.





Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,05%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era "manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 62,04% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 29,91% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,98%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 189,80%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 62,85% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).





Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 70 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 42,25%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 88 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

- 11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9° da Resolução n° 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto n° 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP n° 7, de 3-10-2013.

# 12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

#### 13. RECOMENDAÇÕES:

#### 13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:





Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3º Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

#### 13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o caput do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;
- majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT Nº 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- realizado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Gestão;
- examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020,





dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epigrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

- 9) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017, que esta não foi atingida no ano 2019:
- 10) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atermação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta;
- 11) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;
- 13) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônio Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos disponíveis. caixa https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj internet/acesso-restrito/ da (extratos econômica federal) https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx? cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e https://conectividade.caixa.gov.br (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item
   da ata e incluídos em pauta de audiência;





- 15) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;
- 16) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

#### 13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1)cumprida a Resolução Conjunta GP/CR Nº 112, de 1º de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link http://www.agenda2030.org.br/ods/16/, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores





do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia nove de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 163, publicado no DJe 29-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

> Ana-Maria Amorim Rebouças Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

> > MOZART SECUNDINO DE

MOZART SECUNDINO DE MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA OLIVEIRA JUNIOR:30831138 Dados: 2020.11.09.10.34.24-0.000

Mozart Secundino de Oliveira Júnior Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria